

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACONISTAS,

Apresentamos a V.Sas., o relatório da Administração e as demonstrações financeiras do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. encerradas em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária e normas regulamentares do Banco Central do Brasil.

DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Diante da pandemia da COVID-19, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. continua adotando medidas para minimizar quaisquer impactos que possam surgir aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, consequentemente, às suas operações. As ações tomadas estão alinhadas às normas sanitárias da Organização Mundial de Saúde (OMS), do governo do Estado e da Prefeitura. Os colaboradores estão desde o final de março de 2020 trabalhando em regime de home office, as visitas presenciais a nossos clientes e parceiros foram suspensas, tendo sido substituídas por reuniões virtuais, e as instalações físicas do Banco têm seguido todas as orientações oficiais de higiene e saúde.

A Administração está monitorando constantemente os desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma temporária para mitigar os seus efeitos. Nesse cenário desafiador criado pela pandemia, o Banco apresentou lucro líquido de R\$ 45.270 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Circulante</b>		<b>2.660.325</b>	<b>5.477.890</b>
Disponibilidades	4	90.506	143.942
Instrumentos financeiros		<b>2.570.780</b>	<b>5.333.869</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4, 5	26.600	707.365
Títulos e valores mobiliários	6 a	2.026.409	3.883.237
Derivativos	7 a	64.586	23.936
Carteira de crédito - Setor privado	8 a	209.353	275.561
Carteira de câmbio	9 a	243.832	443.520
Provisão para perdas associada ao risco de crédito		<b>(10.545)</b>	<b>(1.767)</b>
Carteira de crédito - Setor privado	8 b	(10.545)	(1.767)
Negociação e intermediação de valores	9 c	7.428	—
Outros créditos	9 b	2.156	2.046
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>1.686.644</b>	<b>1.424.947</b>
Instrumentos financeiros		<b>946.123</b>	<b>755.877</b>
Títulos e valores mobiliários	6 a	434.626	360.824
Derivativos	7 a	50.178	1.753
Carteira de crédito - Setor privado	8 a	461.319	393.300
Provisão para perdas associada ao risco de crédito		<b>(10.902)</b>	<b>(6.319)</b>
Carteira de crédito - Setor privado	8 b	(10.902)	(6.319)
Outros investimentos	10	2.571	2.582
Outros créditos	9 b	29.368	22.888
Créditos tributários	13 b	237.498	227.037
Devedores por depósitos em garantia		<b>188.595</b>	<b>136.735</b>
Fiscais	14 a	188.532	136.662
Trabalhistas	14 b.1	63	41
Outros		—	32
Investimentos		<b>287.536</b>	<b>280.110</b>
Participações em controladas - no País	10	285.265	277.528
Outros investimentos	10	2.271	2.582
Imobilizado de uso		<b>4.890</b>	<b>6.201</b>
Outras imobilizações de uso		18.357	17.610
Depreciações acumuladas		(13.467)	(11.409)
Intangível		<b>3.236</b>	<b>4.618</b>
Ativos intangíveis		9.236	10.552
Amortização acumulada		(6.000)	(5.934)
<b>Total</b>		<b>4.346.969</b>	<b>6.902.837</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

O patrimônio líquido atingiu R\$ 552.819 ao final do ano, após considerar o resultado do exercício e deduzido os juros sobre o capital próprio de R\$ 12.700. O índice de adequação do capital, instituído pelo Comitê da Base e normalizado pelo Banco Central do Brasil, atingiu 19,9% ao final do ano no "Conglomerado Prudencial", superior ao mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil.

O ativo total alcançou R\$ 4.346.969 ao final do ano. As aplicações interfinanceiras de liquidez, as carteiras de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos e caixa e equivalentes de caixa atingiram R\$ 2.692.905 correspondente a 61,9% dos ativos totais. A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.461.035, correspondente a 56,6% dos ativos totais, representada por 87,4% em títulos públicos e 12,6% em títulos de emissão privada. Dessa carteira, o Banco classificou 79,5% em "títulos para negociação", 13,8% em "títulos disponíveis para venda" e 6,7% em "títulos mantidos até o vencimento", em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira do Banco em mantê-los até o vencimento. A posição de liquidez do Banco, representada pela carteira de títulos livres, atingiu R\$ 2.025.978, correspondente a 3,7 vezes o patrimônio líquido final. Continuamos atentos às oportunidades pontuais de negócio, em especial, pela concessão de novos créditos, mantendo a prudência e aguardando a estabilização das perspectivas de médio e longo prazo para a economia. Temos mantido nossa postura e monitorado nossa carteira, levando em conta o atual cenário e possíveis impactos. A carteira de crédito atingiu o saldo de R\$ 670.672 ao final do ano.

(Em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
<b>Passivo</b>		<b>2.231.572</b>	<b>4.265.660</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>2.192.612</b>	<b>4.241.451</b>
Instrumentos financeiros		<b>2.192.612</b>	<b>4.241.451</b>
Depósitos	11 a	1.769.853	301.357
Captações no mercado aberto	11 a	84.509	3.119.578
Recursos de letras financeiras	11 a	56.478	349.806
Obrigações por repasses do País - BNDES	11 a	10.744	8.504
Derivativos	7 a	25.131	19.093
Carteira de Câmbio	9 a	245.897	443.113
<b>Obrigações</b>		<b>37.078</b>	<b>22.094</b>
Sociais e estatutárias	12 b	17.479	4.845
Impostos e contribuições a recolher		4.284	3.262
Negociação e intermediação de valores	9 c	—	1.443
Diversas	9 d	15.315	12.544
Provisão para garantias financeiras prestadas	9 e	1.882	2.115
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>2.115.397</b>	<b>2.637.177</b>
Instrumentos financeiros		<b>1.373.669</b>	<b>1.928.725</b>
Depósitos	11 a	1.067.314	1.661.747
Captações no mercado aberto	11 a	3.888	10.151
Recursos de letras financeiras	11 a	12.492	63.548
Obrigações por repasses do País - BNDES	11 a	187.151	189.524
Derivativos	7 a	2.824	3.755
<b>Obrigações</b>		<b>16.034</b>	<b>15.952</b>
Diversas	9 d	16.034	15.952
<b>Obrigações fiscais diferidas</b>		<b>25.095</b>	<b>25.415</b>
Provisões para riscos		<b>147.780</b>	<b>137.861</b>
Fiscais	14 a	147.257	137.338
Trabalhistas	14 b.1	523	523
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>552.819</b>	<b>529.224</b>
Capital - De domiciliados no País	12 a	84.000	84.000
Capital - De domiciliados no Exterior	12 a	336.000	336.000
Reservas de lucros	12 c	138.766	106.195
Outros resultados abrangentes		(6.947)	9.229
<b>Total</b>		<b>4.346.969</b>	<b>6.902.837</b>

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total
<b>Patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2020</b>		<b>420.000</b>	<b>31.874</b>	<b>59.800</b>	<b>8.483</b>	<b>520.157</b>
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda		—	—	—	—	—
• Próprios	6 b	—	—	(6.010)	—	(6.010)
• Controladas		—	—	556	—	556
Lucro líquido do exercício		—	—	—	20.221	20.221
Destinações do lucro:						
• Reservas	12 c	—	1.011	13.510	(14.521)	—
• Juros sobre capital próprio declarados	12 b	—	—	—	(5.700)	(5.700)
<b>Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>420.000</b>	<b>32.885</b>	<b>73.310</b>	<b>3.029</b>	<b>529.224</b>
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda		—	—	—	—	—
• Próprios	6 b	—	—	(13.873)	—	(13.873)
• Controladas		—	—	4.898	—	4.898
Lucro líquido do exercício		—	—	—	45.270	45.270
Destinações do lucro:						
• Reservas	12 c	—	2.264	30.306	(32.570)	—
• Juros sobre capital próprio declarados	12 b	—	—	—	(12.700)	(12.700)
<b>Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>420.000</b>	<b>35.149</b>	<b>103.616</b>	<b>(5.946)</b>	<b>552.819</b>
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda		—	—	—	—	—
• Próprios	6 b	—	—	(8.629)	—	(8.629)
• Controladas		—	—	3.610	—	3.610
Lucro líquido do exercício		—	—	—	9.179	9.179
Destinações do lucro:						
• Reservas	12 c	—	2.264	30.306	(32.570)	—
• Juros sobre capital próprio declarados	12 b	—	—	—	(12.700)	(12.700)
<b>Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>420.000</b>	<b>35.149</b>	<b>103.616</b>	<b>(5.946)</b>	<b>552.819</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (Banco), controlada direta do Haitong Bank S.A., com sede em Lisboa (Portugal), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Haitong) perante o Banco Central do Brasil (BACEN), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3792, 9º andar - Itaim Bibi - São Paulo - SP. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação de instituições controladas (Haitong Securities do Brasil CCVM S.A. e Haitong do Brasil DTMV S.A.), integrantes do sistema financeiro.

Como parte da estratégia de negócios, mantivemos as atividades do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. - Cayman Branch, cujos ativos totais e patrimônio líquido totalizavam US\$ 24.505 mil (31.12.2020 US\$ 24.889 mil) e US\$ 23.808 mil (31.12.2020 US\$ 22.936 mil), respectivamente.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a) Apresentação:** As demonstrações financeiras do Banco, incluindo sua dependência no exterior, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11638/07 e nº 11941/09, para o registro contábil das operações, associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 15.02.2022. A Resolução CMN nº 4818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do semestre anterior para as quais foram apresentadas; a inclusão da demonstração do resultado abrangente e a evidencição em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (vide nota 3 "m"). As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido. As demonstrações financeiras da dependência no exterior foram ajustadas às práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, bem como, foram convertidas para reais de acordo com a taxa de câmbio da moeda local. Essas demonstrações financeiras foram consolidadas nas demonstrações financeiras do Banco. Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco e sua dependência no exterior foram eliminados, quando aplicável. **b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade:** Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram: a) Resolução nº 3568/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R11)), b) Resolução nº 4818/20 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 (R2)), c) Resolução nº 4818/20 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 (R11)), d) Resolução nº 3823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25), e) Resolução nº 4818/20 - Evento Subsequente (CPC 24), f) Resolução nº 3989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R11)), g) Resolução 4007/11 - Evidencição de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificações de Erros (CPC 23), h) Resolução nº 4144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC 00 (R2)), i) Resolução nº 4424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 (R11)), j) Resolução nº 4524/16 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (CPC 02 (R2)), k) Resolução nº 4534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 (R11)), l) Resolução nº 4535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27), m) Resolução nº 4818/20 - Resultado por Ação (CPC 41 (R1)) e n) Resolução nº 4748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46). Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. **c) Novas normas emitidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) com vigência futura:** I - Resolução CMN nº 4.817 e Resolução BCB nº 33: Dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Adicionalmente, a Resolução BCB nº 33, estabelece os procedimentos aplicáveis às instituições financeiras na divulgação em notas explicativas das seguintes informações: i) da aquisição de participação em coligadas, controladas e controladas em conjunto; ii) das participações em coligadas, controladas e controladas em conjunto; e iii) das operações de fusão, incorporação e cisão. A Administração não tem expectativa de impactos contábeis relevantes no Banco e nas suas controladas após a vigência destas normas. II - Resolução CMN nº 4.818: Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e determina que: • As instituições financeiras registradas na forma de companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento S1 a S3, conforme regulamentação específica, deverão elaborar demonstrações contábeis anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), com a divulgação em notas explicativas das principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações individuais de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras (BRGAAP) e as práticas contábeis adotadas para o Consolidado em IFRS. • As instituições financeiras que divulguem ou publiquem demonstrações contábeis consolidadas, voluntariamente ou por força de disposições legais, regulamentares, estatutárias ou contratuais e relativas a períodos inferiores a um ano, devem adotar o padrão contábil internacional, na elaboração dessas demonstrações. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e a Administração está avaliando o impacto de sua adoção em suas divulgações para o exercício a iniciar-se em 2022. III - Resolução CMN nº 4.872: Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O normativo consolidou e atualizou as normas que versavam sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Ademais, estabeleceu-se tratamento específico para os custos de transação incorridos na emissão de instrumentos patrimoniais próprios, em consonância com o disposto no pronunciamento International Accounting Standard - IAS 32 - Financial Instruments: Presentation, emitido pelo IASB. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022. Não há impactos contábeis relevantes no Banco e nas suas controladas em função da vigência desta Resolução. IV - Resolução CMN nº 4.924 e Resolução BCB nº 120: Dispõe sobre os critérios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidencição contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo

(Em milhares de Reais)

BACEN. Dentro outros procedimentos, destaca-se a adoção de moeda padrão (ex: câmbio SPOT ou câmbio PTAX) para a contação de transações e demonstrações contábeis, com o objetivo de reduzir inconsistências nas demonstrações contábeis. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 e a Administração está avaliando os impactos de sua adoção no Banco e nas suas controladas. V - Resolução CMN nº 4.958: Dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP). Esta Resolução entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022 e a Administração não espera impactos relevantes para o Banco e suas controladas quando de sua adoção. VI - Resolução CMN nº 4.966: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção no Banco e nas suas controladas.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a.** As receitas e as despesas foram apropriadas pelo regime de competência. **b.** Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos e, se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3068 (vide nota nº 6 "b"): **b.1)** Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período; **b.2)** Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor justo em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; **e.3)** Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisões, quando aplicável, em contrapartida ao resultado do período. **c.** O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com intuito de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e de taxas de juros, utilizando-se para tal dos instrumentos disponíveis na B3 e no mercado de balcão. Esses instrumentos financeiros derivativos são avaliados a valor justo (Resolução nº 4748/19) e contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3082/02 (vide nota nº 7 "a"). Os instrumentos financeiros derivativos (instrumentos de hedge) utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo dos ativos e passivos financeiros (itens objeto de hedge) são considerados como instrumentos de proteção (operação de hedge) e, quando da contratação da operação, são classificados na categoria "hedge de risco de mercado" (vide nota nº 7 "c"). Adicionalmente, desde o início da operação e de maneira continuada, o Banco documenta se o instrumento de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças do valor justo do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A operação de hedge é descontinuada quando o Banco cancela ou não se qualifica mais como hedge ou o instrumento de hedge vende ou é vendido, rescindido ou executado. Os ganhos e perdas decorrentes das mudanças no valor justo dos instrumentos de hedge e dos itens objeto de hedge são registrados em contas de receitas e despesas no resultado. **d.** As operações de crédito foram classificadas de acordo com o julgamento da Administração em nove níveis de risco, levando em consideração a análise dos clientes e garantias, a experiência dos resultados auferidos e deduzidos de provisões, quando aplicável, em contrapartida ao resultado da Resolução CMN nº 2682. Após 60 dias, as rendas das operações vencidas somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" (risco máximo), após 6 meses, são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682 (vide nota 6 "b"). **e.** Redução do valor recuperável (impairment) - é reconhecida uma perda por impairment se o valor da contabilização de um ativo exceder seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo trimestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. **f.** Ativo permanente: demonstrado pelo custo, combinado com os seguintes aspectos: 1. As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota nº 10). 2. Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 20% para sistemas de processamento de dados e veículos e 10% para móveis e equipamentos. 3. Intangível, representados por direito de uso de softwares, sendo sua amortização calculada pelo método linear durante o prazo do contrato. **g.** Os passivos circulante e exigível a longo prazo incluem os passivos conhecidos e calculáveis acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base *pro rata* das) e cambiais incorridos, quando aplicável. **h.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (vide nota 14), o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3823, sendo, portanto, aplicáveis as provisões levadas em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; **f. Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; **e. Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. I. As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL), PIS e COFINS são calculadas às alíquotas de 15% mais adicional de 10%, 20% até 30.06.2021 (25% para o período de 01.07.2021 a 31.12.2021); 0,65% e 4%, respectivamente, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo (vide nota nº 13 "a" para IRPJ e CSLL). A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência até 31.12.2021, nos termos da Medida Provisória nº 1034 de 01.03.2021 (convertida na Lei nº 14183 de 14.07.2021). Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias às mesmas alíquotas

(Em milhares de Reais)

Essa carteira, incluindo as fianças prestadas no montante de R\$ 149.509, atingiu o saldo de R\$ 820.181. Dessa carteira de crédito, 94,2% das operações foram classificadas entre os níveis de risco "AA" a "C" em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil. O Banco constituiu provisão para perdas associadas ao risco de crédito de R\$ 21.447, correspondente a 3,2% da carteira de crédito e em montante superior ao mínimo regulatório no valor de R\$ 15.396. Os recursos captados totalizaram R\$ 3.292.429 ao final do ano

# Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 34.111.187/0001-12

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 - 8º andar - Itaim Bibi - São Paulo - SP - Brasil  
Ouviodoria: 0800-7700-668 - ouvidoria@haitongib.com.br

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE E EXERCÍCIO FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais)

### 6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Composição da carteira

Títulos	31.12.2021				31.12.2020			
	Vinculadas a operações compromissadas	Vinculadas a prestação de garantias	Total	Valor	Vinculadas a operações compromissadas	Vinculadas a prestação de garantias	Total	Valor
L.F.T.	9.761	-	9.761	64.958	11.158	-	11.158	64.958
L.T.N.	294.308	32.939	327.247	654.371	41.787	53.800	95.587	654.371
N.T.N.-B	24.622	-	24.622	10.536	17.387	-	17.387	10.536
N.T.N.-F	1.502.977	-	1.502.977	1.096.467	1.952.907	-	1.952.907	1.096.467
Debêntures	98.203	51.224	149.427	184.948	-	-	-	184.948
Notas Promissórias	30.281	-	30.281	41.549	-	-	-	41.549
Fundos de Investimentos	57.458	-	57.458	36.792	-	-	-	36.792
Aplicações em T.V.M. no exterior	8.366	4.490	12.856	7.745	-	-	-	7.745
<b>Total</b>	<b>2.025.976</b>	<b>88.653</b>	<b>2.114.629</b>	<b>2.847.780</b>	<b>2.167.989</b>	<b>216.789</b>	<b>2.384.778</b>	<b>2.847.780</b>

b. Classificação da carteira por categoria

Títulos	31.12.2021				31.12.2020			
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
L.F.T.	-	-	-	9.761	-	-	-	9.761
L.T.N.	-	5.241	-	267.906	-	273.147	-	273.147
N.T.N.-B	-	-	-	3.823	-	3.823	-	3.823
N.T.N.-F	-	-	-	103.324	-	1.523.812	-	1.523.812
<b>Total - Negociação (b.1)</b>	<b>41.787</b>	<b>5.241</b>	<b>-</b>	<b>384.814</b>	<b>1.523.812</b>	<b>1.955.654</b>	<b>2.103.256</b>	<b>3.832.848</b>
L.T.N.	-	-	-	216.714	-	232.214	-	232.214
N.T.N.-B	-	-	-	-	-	20.799	-	20.799
Debêntures	-	-	38.176	37.172	-	86.506	143.285	143.285
Fundos de Investimentos	15.671	-	-	-	15.671	15.671	8.890	8.890
<b>Total - Disponíveis para Venda (b.2)</b>	<b>15.671</b>	<b>-</b>	<b>38.176</b>	<b>253.886</b>	<b>11.158</b>	<b>20.799</b>	<b>339.690</b>	<b>360.419</b>
Debêntures	-	-	-	122.554	-	122.554	80.060	80.060
Aplicações em T.V.M. no exterior	-	-	8.366	4.490	-	12.856	19.702	19.702
Notas Promissórias	-	-	8.541	21.740	-	30.281	41.549	41.549
<b>Total - Mantidos até o Vencimento (b.3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.907</b>	<b>148.784</b>	<b>-</b>	<b>165.691</b>	<b>165.691</b>	<b>141.311</b>
<b>TOTAL em 31.12.2021 - R\$</b>	<b>57.458</b>	<b>5.241</b>	<b>55.083</b>	<b>787.484</b>	<b>11.158</b>	<b>1.544.611</b>	<b>2.461.035</b>	<b>2.629.366</b>
- %	<b>2,3%</b>	<b>0,2%</b>	<b>2,2%</b>	<b>32,0%</b>	<b>0,5%</b>	<b>62,8%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL em 31.12.2020 - R\$</b>	<b>27.902</b>	<b>-</b>	<b>104.691</b>	<b>1.116.755</b>	<b>688.772</b>	<b>2.305.991</b>	<b>-</b>	<b>4.244.111</b>
- %	<b>0,7%</b>	<b>0,0%</b>	<b>2,5%</b>	<b>26,3%</b>	<b>16,2%</b>	<b>54,3%</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>

O valor justo dos títulos em carteira baseia-se em coletas de preços junto ao mercado na data do balanço. Caso não haja liquidez ou colação de preços para calcular o valor justo de determinado título, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação ou cotações de preços para títulos com características semelhantes. b.1. "Títulos para negociação": o ajuste negativo dos títulos no montante de R\$ 147.602 (31.12.2020 ajuste positivo R\$ 92.557), obtido entre o valor de custo R\$ 2.106.256 (31.12.2020 R\$ 3.740.291) e o valor justo R\$ 1.955.654 (31.12.2020 R\$ 3.832.848), foi registrado em conta adequada do resultado. b.2. "Títulos disponíveis para venda": o ajuste negativo dos títulos no montante de R\$ 20.729 (31.12.2020 ajuste positivo R\$ 4.494), obtido entre o valor de custo R\$ 360.419 (31.12.2020 R\$ 265.458) e o valor justo R\$ 339.690 (31.12.2020 R\$ 269.952), foi registrado em conta adequada de patrimônio líquido, líquido dos tributos. O valor de custo e o valor justo das debêntures foram deduzidos de provisão para valor recuperável de R\$ 6.718 (31.12.2020 R\$ 33.941). b.3. "Títulos mantidos até o vencimento": registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. O valor justo desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 165.888 (31.12.2020 R\$ 142.296). O Banco utilizou de coleta de preços cotados em mercado ativo para cálculo do valor justo desses títulos (Nível 3, vide nota 16) para fins de divulgação do valor justo desses títulos nas demonstrações financeiras.

### 7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Derivativos: os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo, opções e de swap, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2021				31.12.2020			
	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/passiva	Exposição líquida ativa/passiva	Valor justo atualizado	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/passiva	Exposição líquida ativa/passiva	Valor justo atualizado
CDI	995.657	46.133	(39.572)	1.316.942	10.604	(26.481)	47	
DOLAR	-	-	-	5.959	36	-	-	
Swaps	995.657	46.133	(39.572)	1.322.611	10.640	(26.434)	47	
<b>Termo de moedas - Dolar</b>	<b>3.478.923</b>	<b>39.223</b>	<b>30.460</b>	<b>677.884</b>	<b>(7.361)</b>	<b>(4.176)</b>	<b>2.464</b>	
Compra de opção de compra - Dolar	2.944.000	3.483	5.992	129.300	-	-	-	
Compra de opção de venda - Dolar	162.750	426	3.083	-	-	-	-	
Venda de opção de compra - Dolar	245.105	(568)	(2.769)	-	-	-	-	
Venda de opção de venda - Dolar	318.457	(1.888)	(6.828)	129.300	(2.781)	(2.464)	-	
<b>TOTAL Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo - Passivo)</b>	<b>5.440.892</b>	<b>86.809</b>	<b>(9.634)</b>	<b>2.259.095</b>	<b>2.841</b>	<b>(30.610)</b>	<b>47</b>	
DAP	33.962	57	57	14.150	(13)	(13)	-	
DI	3.000.633	(1.400)	(1.400)	5.432.395	(3.013)	(3.013)	-	
DDI	901.743	18.251	18.251	497.820	786	786	-	
DOLAR	1.039.437	2.359	2.359	478.206	807	807	-	
WDO	629.948	(12.116)	(12.116)	-	-	-	-	
INDICES	-	-	-	2.981	(10)	(10)	-	
<b>Futuros - Compras e Vendas</b>	<b>5.605.723</b>	<b>7.151</b>	<b>7.151</b>	<b>6.425.552</b>	<b>(1.443)</b>	<b>(1.443)</b>	<b>-</b>	

Os prêmios/diferenciais a receber e a pagar das operações de opções, termo e swaps e os ajustes diários a receber e a pagar das operações de futuros estão ajustados ao seu valor justo e são registrados em contas patrimoniais de "Instrumentos financeiros" e de "Negociação e intermediação de valores", respectivamente e, os valores de referência dessas operações registrados em contas de compensação. Para a obtenção dos valores justo o Banco adotou os seguintes critérios: operações de futuros utilizam-se cotações em bolsa, operações de opções utilizam-se modelos próprios de precificação baseando-se em parâmetros de mercado e para operações a termo e de swaps estimam-se o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme curvas de correção, que refletem os fatores de risco adequados, sendo principalmente com base nos preços cotados de contratos negociados na B3. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada em razão da liquidez financeira diária. Os contratos de Swaps proporcionam risco de crédito no caso de a contraparte não ter a capacidade ou a disposição para cumprir suas obrigações contratuais.

b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por prazo de vencimento:

	31.12.2021				31.12.2020			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	31.12.2021	Total
Termo de moedas (a)	18.357	20.792	74	-	46.133	46.133	10.640	10.640
Opções (a)	2	304	1.147	-	-	1.453	(7.361)	(438)
<b>Total em 31.12.2021 (a)</b>	<b>18.359</b>	<b>21.096</b>	<b>1.221</b>	<b>-</b>	<b>46.133</b>	<b>86.809</b>	<b>-</b>	<b>2.841</b>
<b>Total em 31.12.2020 (a)</b>	<b>7.526</b>	<b>(2.683)</b>	<b>(1.599)</b>	<b>-</b>	<b>(403)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.841</b>
<b>Total em 31.12.2021 (b)</b>	<b>2.396.441</b>	<b>1.119.685</b>	<b>632.187</b>	<b>321.765</b>	<b>1.135.645</b>	<b>5.605.723</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31.12.2020 (b)</b>	<b>1.189.370</b>	<b>1.299.479</b>	<b>1.247.340</b>	<b>1.117.716</b>	<b>1.571.647</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.425.552</b>

(a) valores de exposição líquida e (b) valores de referência.

c. Derivativos utilizados como instrumentos de hedge de risco de mercado: O Banco possui a seguinte estrutura de hedge contábil de risco de mercado com o objetivo de compensar riscos de exposição à variação no valor de mercado decorrentes da variação acumulada da taxa de juros DI em relação as captações em depósitos a prazo contratadas com taxas de juros pré-fixadas e/ou indexadas ao IPCA.

Objeto de Hedge	Risco	Instrumento de Hedge	Instrumento de Hedge	Valor justo		Variação no valor justo		% Efetividade
				Objeto de Hedge	Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	Instrumento de Hedge	
• Captação em Depósitos a prazo	IPCA	Futuros - DAP	22.298	23.960	(62)	(155)	100,4%	
• Captação em Depósitos a prazo e Letras financeiras(a)	Pré	Futuros - DI	132.596	694.588	965	(1.077)	89,6%	

Objeto de Hedge	Risco	Instrumento de Hedge	Instrumento de Hedge	Valor justo		Variação no valor justo		% Efetividade
				Objeto de Hedge	Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	Instrumento de Hedge	
• Captação em Depósitos a prazo e Letras financeiras(a)	Pré	Futuros - DI	102.329	322.155	2.116	(2.487)	85,1%	

a) O ajuste positivo a valor de mercado das captações em depósitos a prazo - R\$ 11.869 (31.12.2020 R\$ 1.888) e ajuste negativo de letras financeiras - R\$ 176 (31.12.2020 ajuste positivo R\$ 42), itens objeto de hedge, totalizou R\$ 11.693 (31.12.2020 R\$ 1.930) e encontra-se registrado no grupo de "Depósitos" e "Letras financeiras" (vide nota 11 "a").

### 8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Na data do balanço, a carteira de crédito atingiu R\$ 670.672 (31.12.2020 R\$ 668.861). Se incluído o saldo de R\$ 149.509 (31.12.2020 R\$ 179.432) de fianças prestadas, registradas em contas de compensação, a carteira totalizaria R\$ 820.181 (31.12.2020 R\$ 848.293). a. Composição da carteira por atividade econômica e por prazos de vencimento:

Emprestimos - Indústria	31.12.2021				31.12.2020			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	31.12.2021	Total
Emprestimos - Comércio	-	-	6.831	6.831	20.495	-	34.194	65.064
Emprestimos - Outros Serviços	26.882	11.624	22.500	-	-	5.463	66.469	211.245
Financiamentos - Indústria	943	1.983	9.151	9.151	158.633	-	177.431	162.356
Financiamentos - Outros Serviços	2.757	8.178	22.590	6.342	9.855	-	49.722	60.449
Financiamentos a exportação - Indústria	57.831	21.084	107.202	12.500	-	-	198.617	144.339
Financiamentos a exportação - Comércio	28.929	43.642	63.334	8.334	-	-	144.239	-
<b>TOTAL em 31.12.2021 - R\$</b>	<b>117.379</b>	<b>86.511</b>	<b>229.178</b>	<b>43.158</b>	<b>188.983</b>	<b>5.463</b>	<b>670.672</b>	<b>-</b>
- %	<b>12,2%</b>	<b>12,2%</b>	<b>34,2%</b>	<b>6,4%</b>	<b>28,2%</b>	<b>0,8%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>
<b>Total em 31.12.2020 - R\$</b>	<b>101.939</b>	<b>173.622</b>	<b>171.904</b>	<b>39.788</b>	<b>181.608</b>	<b>-</b>	<b>668.861</b>	<b>-</b>
- %	<b>15,2%</b>	<b>26,0%</b>	<b>25,7%</b>	<b>5,9%</b>	<b>27,2%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>

b. Classificação da carteira de crédito por níveis de risco: A Resolução CMN nº 2682 introduziu os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, os quais baseiam-se em sistemas de avaliação de risco de clientes e operações. A seguir, demonstramos a composição da carteira de crédito e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco conforme estabelecido na referida Resolução:

Níveis de Risco	31.12.2021				31.12.2020			
	Parcelas a Vencer	Parcela vencida	Total	Provisão	Parcelas a Vencer	Parcela vencida	Total	Provisão
AA	37	200.863	200.863	-	266.126	-	266.126	-
A	0,5	183.620	183.620	918	135.135	-	135.135	676
B	1,0	211.626	211.626	2.116	3.359	254.237	2.542	4.279
C	3,0	36.875	36.875	1.106	3.286	-	-	-
D	10,0	19.378	19.378	1.938	3.488	-	-	-
E	30,0	12.847	12.847	3.854	4.933	13.363	13.363	4.009
F	50,0	-	-	-	-	-	-	-
G	70,0	-	-	-	-	-	-	-
H	100,0	5.463	5.463	5.463	5.463	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>665.209</b>	<b>5.463</b>	<b>670.672</b>	<b>15.395</b>	<b>21.447</b>	<b>668.861</b>	<b>668.861</b>	<b>7.227</b>

c. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: Em 31.12.2020 a provisão para perdas associadas ao risco de crédito totalizava R\$ 10.086 (31.12.2019 R\$ 8.580), sendo movimentada no decorrer do ano por: a) complemento de R\$ 11.415 (2ºsem/2021 R\$ 4.883 e 2020 R\$ 5.705), b) reversão de R\$ 92 (2ºsem/2021 R\$ 92 e 2020 R\$ 4.171) e c) variação cambial negativa de R\$ 38 (2ºsem/2021 R\$ 57 e 2020 R\$ 28), atingindo o saldo de R\$ 21.447 ao final do ano, correspondente a 3,2% (31.12.2020 1,5%) da carteira de crédito. No decorrer do ano de 2021 ocorreram recuperações de créditos no montante de R\$ 51.031 (2020 R\$ 13.732) e operações renegociadas no montante de R\$ 122.768 (2020 R\$ zero). d. Concentração da carteira de crédito (incluem fianças prestadas - vide nota 9 "e")

	31.12.2021				31.12.2020			
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
• Maior devedor	177.431	21,6%	162.356	19,1%	-	-	-	-
• 10 maiores devedores	639.564	78,0%	692.566	81,6%	-	-	-	-
• 20 maiores devedores	820.181	100,0%	848.293	100,0%	-	-	-	-
• Total da carteira	<b>820.181</b>	<b>100,0%</b>	<b>848.293</b>	<b>100,0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 9 OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a. Carteira de câmbio: a.1) **Ativo circulante:** composto por câmbio comprado a liquidar R\$ 27.903 (31.12.2020 R\$ 221.334), direitos sobre vendas de câmbio R\$ 218.677 (31.12.2020 R\$ 221.586) e adiantamentos em moeda nacional recebidos R\$ 2.648 (31.12.2020 R\$ zero). a.2) **Passivo circulante:** composta por câmbio vendido a liquidar R\$ 218.072 (31.12.2020 R\$ 221.734) e por obrigações por compras de câmbio R\$ 27.825 (31.12.2020 R\$ 221.379). b. **Outros créditos:** b.1) **Circulante:** composto por rendas a receber R\$ 193 (31.12.2020 R\$ 190), adiantamentos, pagamentos a ressarir e devedores diversos R\$ 976 (31.12.2020 R\$ 990) e despesas antecipadas R\$ 987 (31.12.2020 R\$ 866). b.2) **Não Circulante:** composto por impostos e contribuições a compensar R\$ 14.068 (31.12.2020 R\$ 10.381) e despesas antecipadas R\$ 15.299 (31.12.2020 R\$ 12.307). c. **Negociação e intermediação de valores:** c.1) **Ativo circulante:** representada basicamente pelas operações com ativos financeiros realizados na B3 (vide nota 7 "a") no valor de R\$ 7.151 (31.12.2020 R\$ zero) e c.2) **Passivo circulante:** representada pelas operações com ativos financeiros realizados na B3 (vide nota 7 "a") no valor de R\$ zero (31.12.2020 R\$ 1.443) cujas liquidações ocorrem até o segundo dia útil subsequente à data do balanço. d. **Obrigações - Diversas:** d.1) **Circulante:** composta por cobrança e arrecadação de tributos R\$ 850 (31.12.2020 R\$ 6), recursos em trânsito de terceiros R\$ 6 (31.12.2020 R\$ 170), provisão para pagamentos a efetuar R\$ 13.045 (31.12.2020 R\$ 9.751) e credores diversos - país R\$ 1.413 (31.12.2020 R\$ 2.617). d.2) **Não Circulante:** composta por provisão para pagamentos a efetuar R\$ 630 (31.12.2020 R\$ 3.254), comissões a pagar sobre fianças

### 11 RECURSOS CAPTADOS

a. Composição da carteira por prazos de vencimento

	31.12.2021				31.12.			
--	------------	--	--	--	--------	--	--	--



☆ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE E EXERCÍCIO FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2021	31.12.2020	2021	2020
<b>Serviços prestados a receber(pagar)</b> .....	<b>(322)</b>	<b>(12.358)</b>	<b>(810)</b>	<b>2.414</b>
Haitong Bank S.A. (Lisboa).....	Controlador direto	(322)	(12.358)	(810)
Haitong do Brasil D.T.V.M. S.A.....	Controlada	-	-	2.414
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar</b> .....	<b>(12.512)</b>	<b>(3.876)</b>	-	-
Haitong Bank S.A. (Lisboa).....	Controlador direto	(12.512)	(3.876)	-
<b>Depósitos a prazo</b> .....	<b>(116.580)</b>	<b>(109.916)</b>	<b>(4.930)</b>	<b>(2.867)</b>
Haitong Negócios S.A.....	Controlada	(116.580)	(109.916)	(4.930)
<b>Depósitos interfinanceiros</b> .....	<b>(91.862)</b>	<b>(89.572)</b>	<b>(3.893)</b>	<b>(772)</b>
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A.....	Controlada	(91.862)	(89.572)	(3.893)
<b>Captações no mercado aberto</b> .....	<b>(33.317)</b>	<b>(33.190)</b>	<b>(1.433)</b>	<b>(2.613)</b>
Haitong Securities do Brasil C.C.V.M. S.A.....	Controlada	-	-	(1.714)
Haitong do Brasil D.T.V.M. S.A.....	Controlada	(33.317)	(33.190)	(1.433)

b. Os honorários pagos aos Administradores, considerados "pessoal-chave", totalizam R\$ 6.099 no ano de 2021 (2020 R\$ 6.686). O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal - chave da Administração.

**16 VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

O Haitong Brasil estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados ativos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseadas em modelos financeiros standard de mercado tais como desconto de cash flows e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis diretamente no mercado, são derivados de instrumentos transacionados ativamente no mercado futuro de derivativos ou obtidos através de preços indicativos de terceiros. O Haitong Brasil realiza ajustes ao justo valor de instrumentos derivativos não cotatizados de forma a refletir o risco de crédito da contraparte (CVA) de certos derivativos, considerando o valor atual em exposição, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento. A probabilidade de incumprimento é estimada com base no modelo de avaliação de risco de crédito do Banco ou com base em informação de mercado quando aplicável. a) O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Haitong Brasil, é analisado como segue:

	31.12.2021				31.12.2020					
	Custo Amortizado	Valorizados ao valor justo Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total do Balanço	Custo Amortizado	Valorizados ao valor justo Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total do Balanço
<b>Disponibilidades</b> .....	90.506	-	-	-	90.506	143.942	-	-	-	143.942
<b>Ativos financeiros avaliados por seu valor justo</b> .....	-	<b>3.823</b>	<b>2.066.595</b>	-	<b>2.070.418</b>	-	<b>3.863</b>	<b>3.854.674</b>	-	<b>3.858.537</b>
<b>Por meio de resultado</b>										
• Títulos.....	-	3.823	1.951.831	-	1.955.654	-	3.863	3.828.985	-	3.832.848
• Títulos públicos.....	-	3.823	1.910.044	-	1.913.867	-	3.863	3.801.083	-	3.804.946
• Cotas de fundos de investimento.....	-	-	41.787	-	41.787	-	-	27.902	-	27.902
• Derivativos.....	-	114.764	-	-	114.764	-	-	25.689	-	25.689
• Swaps.....	-	-	46.133	-	46.133	-	-	11.838	-	11.838
• Termo.....	-	-	63.429	-	63.429	-	-	11.508	-	11.508
• Opções.....	-	-	5.202	-	5.202	-	-	2.343	-	2.343
<b>Por meio de outros resultados abrangentes - PL</b>										
• Títulos.....	-	20.799	216.714	102.177	339.690	-	24.060	93.717	152.175	269.952
• Títulos públicos.....	-	20.799	216.714	-	237.513	-	24.060	93.717	-	117.777
• Títulos privados.....	-	-	-	86.506	86.506	-	-	-	143.285	143.285
• Cotas de fundos de investimento.....	-	-	-	15.671	15.671	-	-	-	8.890	8.890
<b>Ativos financeiros por custo amortizado</b> .....	26.600	-	-	-	26.600	1.517.537	-	-	-	1.517.537
• Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	862.963	-	-	-	862.963	1.517.537	-	-	-	1,517,537
• Títulos públicos.....	165.691	-	-	-	165.691	141.311	-	-	-	141.311
• Crédito.....	670.672	-	-	-	670.672	668.861	-	-	-	668.861
<b>Ativos financeiros</b> .....	<b>953.469</b>	<b>24.622</b>	<b>2.283.309</b>	<b>102.177</b>	<b>3.363.577</b>	<b>1.661.479</b>	<b>27.923</b>	<b>3.948.391</b>	<b>152.175</b>	<b>5.789.968</b>
<b>Passivos financeiros avaliados por seu valor justo</b> .....	-	-	<b>746.503</b>	-	<b>746.503</b>	-	-	<b>345.004</b>	-	<b>345.004</b>
<b>Por meio de resultado</b>										
• Captações.....	-	-	718.548	-	718.548	-	-	322.156	-	322.156
• Depósitos.....	-	-	707.770	-	707.770	-	-	312.173	-	312.173
• Letras financeiras.....	-	-	10.778	-	10.778	-	-	9.983	-	9.983
• Derivativos.....	-	-	27.955	-	27.955	-	-	22.848	-	22.848
• Swaps.....	-	-	-	-	-	-	-	1.198	-	1.198
• Termo.....	-	-	24.206	-	24.206	-	-	18.869	-	18.869
• Opções.....	-	-	3.749	-	3.749	-	-	2.781	-	2.781
<b>Passivos financeiros por custo amortizado</b> .....	2.573.881	-	-	-	2.573.881	5.382.059	-	-	-	5.382.059
• Depósitos.....	2.129.397	-	-	-	2.129.397	1.650.931	-	-	-	1.650.931
• Captações no mercado aberto.....	88.397	-	-	-	88.397	3.129.729	-	-	-	3,129,729
• Letras financeiras.....	158.192	-	-	-	158.192	403.371	-	-	-	403,371
• Obrigações por repasses do País - BNDES.....	197.895	-	-	-	197.895	198.028	-	-	-	198,028
<b>Passivos financeiros</b> .....	<b>2.573.881</b>	-	<b>746.503</b>	-	<b>3.320.384</b>	<b>5.382.059</b>	-	<b>345.004</b>	-	<b>5.727.063</b>

**b) Hierarquia de Justo Valor:** Os instrumentos financeiros registrados ao justo valor são classificados em três níveis definidos da seguinte forma: • **Nível 1** - Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados ativos e líquidos. Incluem-se neste nível: *Corporate Bonds* transacionados no mercado externo e com alta liquidez, títulos públicos atrelados à índices de inflação e contratos de derivativos futuros transacionados em mercados regulados. • **Nível 2** - Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado ativo de instrumentos similares como instrumentos de derivativos futuros. Incluem-se neste nível: derivativo de balcão de qualquer natureza, títulos públicos prefixados e atrelados à taxa Selic e fundos valorizados com base no *Net Asset Value* publicados diariamente pelas entidades que os gerem e com possibilidade de resgate diário. Os derivativos de balcão incluem instrumentos financeiros negociados nesse mercado (OTC), nos quais existe contrato de garantia (ISDA com CSA - *Credit Support Annex*), com valor mínimo de transferência (MTA), que permite mitigar o Risco de Crédito da contraparte e o CVA (*Credit Value Adjustment*). • **Nível 3** - Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível: títulos privados com característica de crédito ou de baixa liquidez, obrigações altamente líquidas ou em situação de incumprimento, fundos valorizados com base no *Net Asset Value* publicados pelas entidades que os gerem sem possibilidade de resgate diário e depósitos a prazo que fazem parte das estruturas de *Hedge Accounting* e que, portanto, são marcados a mercado.

**17 GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**a. Introdução:** O Haitong Brasil assume claramente que o gerenciamento do risco das suas atividades é um dos seus pilares estratégicos para seu crescimento e desenvolvimento no país e, dessa forma, proteger o capital da instituição e viabilizar a melhor rentabilidade dos seus negócios. Estes objetivos são alcançados através da definição do apetite de risco pelo acionista e suportados por uma estrutura de políticas e procedimentos totalmente aderentes a legislação local, melhores práticas internacionais e integração com o acionista controlador. **b. Tipos de Risco:** • **Risco de Mercado e IRRBB (Interest Rate Banking Book):** o risco de mercado, por definição, trata da possibilidade de ocorrência de perdas resultante de flutuações em taxas de juros, preços de ações/commodities, variações cambiais e outros fatores de risco, os quais sensizam o valor de mercado de instrumentos de dívida da instituição. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado através do monitoramento *intraday* reportado à Administração, à Tesouraria e ao Controle de Riscos. O monitoramento vale-se dos níveis atuais de exposição perante os limites estabelecidos, os quais são determinados tanto em termos de riscos incorridos quanto em perdas inesperadas. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR (*Value at Risk*), análise de sensibilidade (V01) e *Stress Testing*. Complementando a estrutura de acompanhamento de riscos de mercado, é reportada diariamente a exigência de capital, conforme normas estipuladas pelo Banco Central do Brasil. Já o IRRBB é definido como o risco de impacto, na forma de movimentos adversos, nos instrumentos que a instituição detenha na carteira bancária. Os riscos da carteira bancária são apurados e reportados diariamente através das abordagens de valor econômico (*Economic Value of Equity - EVE*) e resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income - NII*), além de análise de sensibilidade (V01), tanto em condições de monitoramento diário quanto sob condições de *Stress Testing*. Complementando a estrutura de gerenciamento do IRRBB, é reportado mensalmente a parcela *Banking*, conforme normas estipuladas pelo Banco Central do Brasil. • **Risco de Crédito:** trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou tomador de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. A estrutura local possui determinadas alçadas de aprovação para suas operações, ou, as submete para aprovação na matriz quando estão fora de sua jurisdição. A concessão de limites concedidos passa por um processo de atribuição de *rating* aos clientes dos diferentes segmentos de risco e segue metodologia interna global. Complementando o controle dos riscos de crédito, mensalmente são apuradas informações do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) para avaliação e reporte regulatório do risco de crédito ao nível do consumo de capital associado às suas exposições. • **Risco do CVA: (Credit Valuation Adjustment)** trata-se de um ajuste profissional ao valor justo dos instrumentos derivativos com o intuito de refletir o risco de crédito da contraparte, ou seja, o CVA pode ser traduzido como o valor de mercado do risco de crédito da contraparte. Dessa forma, a mitigação ou proteção do risco CVA, deve ser observada sob a ótica do risco de default das contrapartes no que se refere especificamente aos instrumentos derivativos. • **Risco de Liquidez:** trata-se da incapacidade da instituição honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias ou mesmo devido à falta de liquidez para os seus ativos, sem que isso afete suas operações diárias ou mesmo incorra em perdas significativas. O controle do risco de liquidez é feito através do monitoramento diário da liquidez disponível, ou seja, instrumntos considerados como sendo HQLA (*High Quality Liquid Asset*) líquidos de qualquer embaraço e também através do indicador do período de sobrevivência (*Survival Period*), o qual leva em conta a liquidação natural das operações do banco ao longo do tempo. Além disso, faz-se também o monitoramento

mensal dos indicadores de liquidez, nomeadamente LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) e NSFR (*Net Stable Funding Ratio*), segundo metodologias definidas pelo Banco Central do Brasil. Todas estas métricas são reportadas à Administração, a Tesouraria e ao controle de riscos, as quais devem estar em conformidade com os limites definidos internamente. Adicionalmente, se utiliza de mecanismos de projeção de fluxos de caixa, adotando-se de premissas quanto ao comportamento das entradas e saídas futuras num período de até 365 dias corridos, entendendo-se como boas práticas no controle do risco de liquidez. • **Risco de Transerência:** é definido como o risco de uma contraparte não conseguir cumprir suas obrigações devido ao ambiente político e econômico do país, ou seja, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores a receber. • **Risco Operacional:** trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas e também em razão de descumprimento de dispositivos legais bem como as respectivas indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela instituição. O Banco faz o monitoramento a mensuração e a mitigação dos riscos destes eventos com o intuito de manter o funcionamento regular da instituição e evitar ao máximo a ocorrência de perdas, tanto efetivas quanto potenciais. Os eventos de risco operacional são registrados/monitorados em sistema próprio e reportados à Administração local e ao controle de riscos na matriz. • **Risco da Estratégia do Negócio:** risco de perdas decorrentes de decisões estratégicas. Este risco é monitorado pela alta administração através de relatórios periódicos com os indicadores de performance da instituição e das respectivas áreas. O Departamento Financeiro, através da equipe de Controle de Gestão, é o responsável pelos relatórios divulgados mensalmente aos responsáveis tanto locais quanto na matriz, bem como informações periódicas ao Conselho de Administração. • **Risco de Compliance:** trata-se de risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, bem como de medidas administrativas ou criminais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado local e internacional ou decorrentes de compromissos assumidos por meio de códigos de autorregulação, padrões técnicos ou códigos de conduta. O risco de Compliance é gerenciado de modo preventivo, através de monitoramentos das atividades, acauturamento dos colaboradores, treinamentos sobre legislação e normas internas aplicáveis aos negócios do Banco. • **Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo:** risco de, eventualmente, o Banco ser intencionalmente utilizado para a lavagem de dinheiro, através de seus produtos e serviços, com recursos de origem ilícita no Brasil e/ou no exterior, tais como corrupção, tráfico de entorpecentes e evasão de divisas. O risco de financiamento ao terrorismo relaciona-se à possibilidade de utilização do Banco para operações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas em transações que envolvem recursos destinados a atividades terroristas. Tais pessoas podem ou não constar de listas internacionais divulgadas pelo GAFI - Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras. Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de ferramentas de controle e monitoramento baseadas em práticas internacionais, que abrangem governança corporativa, sistemas informáticos e equipes capacitadas para conduzir os monitoramentos internos. O Banco realiza treinamentos periódicos a todos os seus colaboradores sobre prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo, para capacitá-los as suas políticas internas sobre o assunto. • **Risco do Modelo:** é o risco associado às perdas que podem ocorrer com um modelo financeiro para avaliar e/ou gerenciar um determinado risco não performo corretamente e pode levar a uma tomada de decisão equivocada, levando a instituição a ter reflexos nos seus resultados e/ou danos à sua reputação. A mitigação desse risco é dada pela governança apropriada em torno do risco de modelo, com a participação das equipes usuárias destes modelos e também a equipe de TI. Todas com funções e responsabilidades bem definidas entre as várias partes envolvidas nos processos. • **Risco Reputacional:** está associado a uma percepção desfavorável do Banco pelos diversos agentes com os quais se relaciona, sejam agentes internos ou externos, e que podem ter um impacto desfavorável no âmbito dos resultados, bem como na dinâmica e evolução das atividades da instituição. • **Risco Socio, Ambiental e Climático:** recentemente estabelecida pelo órgão regulador, o RSAC trata-se da possibilidade de ocorrência de perdas das instituições decorrentes de aspectos sociais, ambientais, bem como decorrentes de mudanças climáticas, causadas por clientes aos quais o Banco realiza seus negócios. O RSAC inclusive o risco de imagem e reputação, são fatores considerados nas análises de risco de crédito e operacional a que a Instituição está exposta, considerando o relacionamento e as atividades pertinentes da instituição. Dessa forma, o gerenciamento adequado do RSAC está atrelado a mitigação dos eventos que podem impactar o risco operacional, risco de crédito, risco reputacional e risco de capital da instituição. Atualmente a instituição estabelece um questionário de responsabilidade socioambiental, o qual deverá ser incrementalizado, por conta do direcionamento definido na regulamentação recente. Além disso, a aprovação de qualquer tipo de operação é submetida às análises pertinentes, considerando a possível existência de impactos quanto a destinação dos recursos. O intuito da Instituição é sempre estabelecer cláusulas específicas de vencimento antecipado em seus contratos, caso o cliente apresente alguma fragilidade que esteja relacionada ao RSAC. **c. Gestão Integrada de Riscos e Capital e Segmentação:** Em alinhamento internacional para as melhores práticas de regulamentação prudencial, foi publicada a Resolução CMN nº 4553, que estabeleceu a segmentação das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar no país para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, sem prejuízo da segurança, solidez das

**Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.**

CNPJ/MF nº 34.111.187/0001-12  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 8º andar - Itaim Bibi - São Paulo - SP - Brasil  
Ouidoria: 0800-7700-668 - ouvidoria@haitongib.com.br

(Em milhares de Reais)

instituições financeiras, com maior eficiência e menor custo de observância. Nesse contexto, o Haitong Brasil foi classificado no segmento "S3" designado as instituições de porte entre 0,1% e 1% do PIB na data da publicação. Na sequência, em 23 de fevereiro de 2017, foi publicada a Resolução CMN nº 4557, posteriormente atualizada pelas Resoluções CMN nº 4745 de 29 de agosto de 2019 e CMN nº 4945 de 15 de setembro de 2021, que dispõem sobre a estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, de liquidez, de liquidez e de mercado e a necessidade de implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital, requerimentos para definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS, *Risk Appetite Statement*), estabelecimento de programa de testes de estresses, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação de diretor responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO), com definições de atuação, responsabilidades e requisitos de independência. Mais informações sobre o gerenciamento de riscos e capital podem ser encontradas em nosso site ([www.haitongib.com.br](http://www.haitongib.com.br)), na seção Relatório de Riscos, anexo Gerenciamento de Riscos - Pilar 3. **d. Governança de Riscos e Capital:** O Conselho de Administração (CA) do Haitong Brasil é o principal órgão responsável pelo estabelecimento das diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e capital. Por sua vez, o Departamento de Controle de Riscos, através do CRC, é responsável por subsidiar os membros do CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Na estrutura do Banco, destacam-se também os papéis do Comitê de Riscos, da Diretoria Executiva, do Diretor de Riscos (CRO - *Chief Risk Officer*) e todos os demais Comitês, operacionais e executivos, que compõem o arcabouço de governança do Haitong Brasil. O gerenciamento e controle de riscos e capital do Haitong Brasil está estruturado de acordo com responsabilidades suportadas em "Três Linhas de Defesa" que desempenham funções independentes, de forma não comprometer a sua efetividade, bem como atuação distinta entre si, conforme segue: **1. Primeira Linha de Defesa** é aquela representada pelas áreas de negócios (*Front-Office*), responsável por identificar, mensurar, avaliar, controlar, reportar e mitigar os riscos das suas operações e atividades por elas originadas. **2. Segunda Linha de Defesa** é uma unidade independente representada pela Diretoria de Controle de Riscos. A responsabilidade dessa segunda linha é assegurar o monitoramento e controle do risco de forma garantir que as atividades do Banco estão aderentes ao nível de apetite de risco definido pela Administração do Banco. No Haitong Brasil, além do Controle de Risco, a segunda linha também tem o suporte das áreas de Compliance e TI. **3. Terceira Linha de Defesa** é representada pela Auditoria Interna, que, de modo independente, revisa e valida as atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribui para seu aprimoramento. O suporte da Diretoria e do Conselho de Administração completa a atuação em terceira linha de defesa. O funcionamento das "Três Linhas de Defesa", mesmo independentes entre si, deve ocorrer de forma coordenada, com objetivo de maximizar sua eficiência e contribuir para o desenvolvimento do Banco. O designado Risco; o Haitong Brasil adota diversas ações para disseminar a cultura de risco, de forma a fortalecer valores e alinhar suas diretrizes e o apetite de risco da instituição junto aos seus colaboradores. Dessa forma, o Banco torna transversal e eficiente o funcionamento das três linhas de defesa mencionadas anteriormente. **e. Gestão Integrada de Riscos:** De forma conciliada, a gestão de riscos é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores os quais devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas em condições de saná-las. O Haitong Brasil possui uma área responsável pela Gestão Integrada de Riscos, cuja as atribuições são exercidas de forma centralizada e independente, liderada pelo CRO (*Chief Risk Officer*). Esta unidade é responsável pela identificação, monitoramento e reporte dos riscos considerados relevantes pela Administração (riscos operacionais, de mercado, de crédito, de liquidez, metodologias internas, limites, políticas e procedimentos de controles estabelecidos em conformidade com o apetite de risco definido pelo Conselho de Administração, consonante com as diretrizes estabelecidas e autorizadas pelo acionista. A área de Controle de Risco é responsável pela medição, monitoramento, reporte e o controle contínuo e integrado das posições e exposições ao risco *vis à vis* aos limites pré-aprovados, para todas as operações realizadas e dos fatores de risco que incorre, cujos processos são formalizados através de relatórios periódicos. Adicionalmente é responsável pela realização de testes de estresse dos riscos da carteira do Banco. As referidas exposições aos riscos materiais e posições em carteira própria que não sejam os limites de tolerância a risco são definidas e formalizadas nos respectivos comitês internos de governança. Valores atualizados com base no último relatório distribuído: - 31/12/2021: • **Risco de Mercado:** O VaR consolidado do Banco totalizava R\$ 1.506 (modelo de VaR Histórico para 10 dias com 99% de nível de confiança), o que representou 0,34% do Patrimônio de Referência de encerramento de 2021. • IRRBB: Os resultados referentes à abordagem de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII), fecharam em R\$ 5.610 e R\$ 15.722 respectivamente. • **Risco de Liquidez:** A liquidez disponível totalizava R\$ 1.981.716, o que representou 4,5 vezes o PR. Apesar da não obrigatoriedade no reporte regulamentar, por estar classificado como "S3", o banco apurou os indicadores de liquidez segundo a metodologia do Banco Central do Brasil: LCR de 282% e NSFR de 152%. Portanto, o banco apresenta índices de liquidez bastante confortáveis e bem acima dos limites estabelecidos. • **Razo de Alavancagem:** Na data de fechamento esse índice chegou em 6,4%. • **Risco de Crédito:** As operações de crédito e fianças totalizavam R\$ 820.181 (31.12.2020 R\$ 848.293) correspondente a 18,9% (31.12.2020 12,3%) do Ativo Total, sendo distribuídas pelos seguintes principais setores: Agronegócio (24,95%); Energia (21,63%); Papel e Celulose (11,38%) e Telecomunicações (10,58%). **f. Gerenciamento de Capital:** O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital do Banco, avaliação da necessidade de capital face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. Sempre adotando uma postura prospectiva e antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de negócio, o Banco mantém o planejamento de capital perante o Conselho de Administração do Brasil designado o Diretor responsável de Riscos (CRO - *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos incorridos relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas. O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e o Controle de Risco responsável de Riscos (CRO - *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos incorridos relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas. O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e o Controle de Risco responsável de Riscos (CRO - *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos incorridos relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas. O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e o Controle de Risco responsável de Riscos (CRO - *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos incorridos relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas. O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e o Controle de Risco responsável de Riscos (CRO - *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos incorridos relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas. O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e o Controle de Risco responsável de Riscos (CRO - *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos incorridos relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas. O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e o Controle de Risco responsável de Riscos (CRO - *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos incorridos relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas. O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e o Controle de Risco responsável de Riscos (CRO - *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos incorridos relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas. O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e o Controle de Risco responsável de Riscos (CRO - *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos incorridos relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Capital Mínimo exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas. O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento